

CURRÍCULO E INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A DIVERSIDADE EDUCACIONAL

*CURRICULUM AND SCHOOL INCLUSION IN HIGH SCHOOL: PEDAGOGICAL
STRATEGIES FOR EDUCATIONAL DIVERSITY*

*PLAN DE ESTUDIOS E INCLUSIÓN ESCOLAR EN LA ENSEÑANZA SECUNDARIA:
ESTRATEGIAS PEDAGÓGICAS PARA LA DIVERSIDAD EDUCATIVA*

Yusayaky Takashy Xavier Onuma

Doutor em Ciências da Educação
<https://orcid.org/0009-0000-7018-3939>

Marlene Bernardino dos Santos

Especialização em Atenção à Saúde da Pessoa Idosa

Fabiano Corrêa

Mestrando em Educação com ênfase em Formação de Professores
<https://orcid.org/0009-0005-9587-2147>

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i7.714>

Aceito em: 16.07.2026

Resumo: A inclusão escolar constitui um dos principais desafios da educação contemporânea, especialmente no Ensino Médio, etapa marcada pela diversidade de perfis, necessidades e trajetórias dos estudantes. Nesse cenário, o currículo assume papel fundamental na promoção de práticas educacionais que garantam acesso, permanência, participação e aprendizagem para todos. O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre currículo e inclusão escolar no Ensino Médio, destacando estratégias pedagógicas voltadas à valorização da diversidade educacional. Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter descritivo. A pesquisa foi realizada nas bases de dados SciELO, Periódicos CAPES, ERIC, Google Scholar e Biblioteca Virtual em Saúde, contemplando publicações dos últimos dez anos. Foram utilizados os descritores “currículo”, “inclusão escolar”, “Ensino Médio”, “diversidade educacional”, “educação inclusiva” e “práticas pedagógicas”, combinados pelos operadores booleanos AND e OR. Os resultados evidenciaram que a construção de currículos flexíveis e contextualizados favorece a inclusão de estudantes com diferentes características, potencialidades e necessidades educacionais. Também foram identificadas como estratégias relevantes a adoção de metodologias ativas, o uso de tecnologias assistivas, a adaptação de recursos didáticos, a formação continuada dos docentes e o fortalecimento de práticas colaborativas no ambiente escolar. Conclui-se que o currículo inclusivo representa um instrumento essencial para a promoção de uma educação mais democrática, participativa e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes no Ensino Médio.

Palavras-chave: currículo; inclusão escolar; Ensino Médio; diversidade educacional.

Abstract: School inclusion is one of the main challenges of contemporary education, especially in high school, a stage marked by the diversity of student profiles, needs, and trajectories. In this scenario, the curriculum plays a fundamental role in promoting educational practices that guarantee access, permanence, participation, and learning for all. This study aimed to analyze the relationship between curriculum and school inclusion in high school, highlighting pedagogical strategies focused on valuing educational diversity. This is a qualitative and descriptive literature review. The research was conducted in the SciELO, CAPES Journals, ERIC, Google Scholar, and Virtual Health Library databases, encompassing publications from the last ten years. The descriptors curriculum, school inclusion, high school, educational diversity, inclusive education, and pedagogical practices were used, combined with the boolean operators AND and OR. The results showed that the construction of flexible and contextualized curricula favors the inclusion of students with different characteristics, potential, and educational needs. Also identified as relevant strategies were the adoption of active methodologies, the use of assistive technologies, the adaptation of teaching resources, the continuing education of teachers, and the strengthening of collaborative practices in the school environment. It is concluded that an inclusive curriculum represents an essential instrument for promoting a more democratic, participatory education committed to the integral development of students in secondary education.

Keywords: curriculum; school inclusion; secondary education; educational diversity.

Resumen: La inclusión escolar constituye uno de los principales retos de la educación contemporánea, especialmente en la enseñanza secundaria, una etapa caracterizada por la diversidad de perfiles, necesidades y trayectorias de los alumnos. En este contexto, el plan de estudios asume un papel fundamental en la promoción de prácticas educativas que garanticen el acceso, la permanencia, la participación y el aprendizaje para todos. El presente estudio tuvo como objetivo analizar la relación entre el plan de estudios y la inclusión escolar en la enseñanza secundaria, destacando las estrategias pedagógicas orientadas a la valorización de la diversidad educativa. Se trata de una revisión bibliográfica de enfoque cualitativo y carácter descriptivo. La investigación se llevó a cabo en las bases de datos SciELO, Periódicos CAPES, ERIC, Google Scholar y Biblioteca Virtual en Salud, abarcando publicaciones de los últimos diez años. Se utilizaron los descriptores plan de estudios, inclusión escolar, enseñanza secundaria, diversidad educativa, educación inclusiva y prácticas pedagógicas, combinados mediante los operadores booleanos AND y OR. Los resultados pusieron de manifiesto que la elaboración de planes de estudios flexibles y contextualizados favorece la inclusión de alumnos con diferentes características, potencialidades y necesidades educativas. También se identificaron como estrategias relevantes la adopción de metodologías activas, el uso de tecnologías de apoyo, la adaptación de recursos didácticos, la formación continua del profesorado y el fortalecimiento de las prácticas colaborativas en el entorno escolar. Se concluye que el plan de estudios inclusivo constituye un instrumento esencial para promover una educación democrática, participativa y comprometida con el desarrollo integral de los alumnos de Educación Secundaria.

Palabras clave: plan de estudios; inclusión escolar; Educación Secundaria; diversidad educativa.

Introdução

A inclusão escolar consolidou-se como um dos princípios fundamentais das políticas educacionais contemporâneas, refletindo o compromisso social com a garantia do direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais, sociais ou culturais. No contexto do Ensino Médio, essa discussão adquire relevância ainda maior em razão da diversidade de sujeitos que compõem esse nível de ensino e dos desafios relacionados à permanência, aprendizagem e conclusão da trajetória escolar.

Entretanto, a construção de currículos verdadeiramente inclusivos ainda representa um desafio para muitas instituições escolares, especialmente quando persistem práticas pedagógicas pautadas em modelos homogêneos de ensino que pouco consideram as singularidades dos alunos. Dessa forma, pensar a inclusão escolar implica refletir sobre a necessidade de reorganização curricular capaz de reconhecer as diferenças como parte constitutiva do ambiente educacional e não como obstáculos ao processo de ensino e aprendizagem (KASSAR, 2016; GARCIA, 2018; MESQUITA, 2018).

As transformações ocorridas nas políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas ampliaram o debate sobre a relação entre currículo e inclusão, especialmente diante da necessidade de promover acessibilidade pedagógica e participação efetiva de todos os estudantes nos processos educativos. Nessa perspectiva, a inclusão não se restringe ao acesso físico à escola, mas envolve a criação de condições que garantam aprendizagem, desenvolvimento e participação social em igualdade de oportunidades.

Estudos recentes evidenciam que estratégias como adaptações curriculares, flexibilização de metodologias, utilização do Desenho Universal para a Aprendizagem e formação continuada de professores têm contribuído para a construção de ambientes mais inclusivos. Contudo, permanecem desafios relacionados à implementação dessas práticas, principalmente no Ensino Médio, etapa marcada por currículos extensos, forte pressão por resultados acadêmicos e exigências relacionadas à preparação para o mundo do trabalho e para o ensino superior (PIEZCARKA *et al.*, 2023; BOFF *et al.*, 2024).

Apesar dos avanços legais e pedagógicos observados no campo da educação inclusiva, diversos estudos apontam que ainda existem barreiras curriculares que limitam a participação plena dos estudantes com deficiência e de outros grupos historicamente excluídos dos processos educacionais. Diante dessa realidade, surge a seguinte questão norteadora: como o currículo escolar no Ensino Médio pode ser organizado e desenvolvido por meio de estratégias pedagógicas inclusivas capazes de promover a aprendizagem, a participação e a valorização da diversidade educacional?

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre currículo e inclusão escolar no Ensino Médio, identificando estratégias pedagógicas que favoreçam a diversidade educacional e a participação de todos os estudantes. Como objetivos específicos, busca-se compreender os principais desafios enfrentados pelas escolas na implementação de currículos inclusivos; identificar estratégias pedagógicas e práticas curriculares voltadas à promoção da acessibilidade e da aprendizagem; e discutir as contribuições da formação docente para a construção de ambientes educacionais inclusivos e comprometidos com a valorização das diferenças.

A realização desta pesquisa justifica-se pela relevância social, educacional e acadêmica da temática, especialmente diante da necessidade de fortalecer práticas pedagógicas que assegurem o direito à educação de qualidade para todos os estudantes. A construção de currículos inclusivos representa um dos principais caminhos para superar processos de exclusão historicamente presentes no ambiente escolar e promover experiências educativas mais equitativas (PLETSCH, 2024; RIBOLI *et al.*, 2025; SOFIATO; ANGELUCCI, 2017).

Fundamentação teórica

A discussão sobre currículo e inclusão escolar tem ocupado posição de destaque nas pesquisas educacionais contemporâneas, especialmente diante da necessidade de garantir o direito à aprendizagem para todos os estudantes. O currículo não pode ser compreendido apenas como um conjunto de conteúdo ou disciplinas organizadas em determinada estrutura escolar, mas como um instrumento que expressa concepções de educação, sociedade e formação humana.

Quando analisado sob a perspectiva inclusiva, o currículo assume a responsabilidade de reconhecer a diversidade presente nas escolas e criar condições para que diferentes sujeitos participem efetivamente dos processos educativos (GARCIA, 2018; MESQUITA, 2018).

A inclusão escolar representa um processo que ultrapassa a simples matrícula de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas nas escolas regulares. Trata-se da construção de ambientes educacionais capazes de acolher, respeitar e valorizar as diferenças humanas em suas múltiplas dimensões. Segundo Boff *et al.* (2024), a educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os indivíduos possuem direito à participação plena nos processos educativos, independentemente de suas características pessoais ou condições de desenvolvimento.

A relação entre currículo e inclusão torna-se particularmente relevante no Ensino Médio, etapa caracterizada por demandas acadêmicas mais complexas e pela preparação dos estudantes para diferentes projetos de vida. As práticas curriculares precisam contemplar estratégias que

favoreçam a permanência e o sucesso escolar dos alunos, respeitando suas singularidades e diferentes formas de aprendizagem.

Assim, Esquinsani (2020) destaca que grande parte dos desafios encontrados nas escolas está relacionada à dificuldade de transformar princípios inclusivos em práticas curriculares concretas. Muitas vezes, embora existam avanços nas políticas educacionais, ainda permanecem estruturas curriculares rígidas que dificultam a efetiva participação de todos os estudantes.

As adaptações curriculares constituem uma das principais estratégias para promover a inclusão educacional. De acordo com Daga (2020), tais adaptações envolvem modificações nos conteúdos, metodologias, recursos didáticos, formas de avaliação e organização das atividades pedagógicas, buscando garantir que os estudantes tenham acesso ao currículo de maneira significativa. Essas adequações não significam redução da qualidade do ensino, mas representam alternativas para possibilitar que diferentes alunos participem dos processos de aprendizagem conforme suas necessidades e potencialidades.

Nos últimos anos, o Desenho Universal para a Aprendizagem tem se destacado como uma importante abordagem para a construção de currículos inclusivos. Costa-Renders, Gonçalves e Santos (2021) afirmam que essa proposta busca planejar o ensino considerando, desde o início, a diversidade dos estudantes, evitando a necessidade de adaptações posteriores. A perspectiva do desenho universal estimula a utilização de múltiplas formas de apresentação dos conteúdos, de expressão das aprendizagens e de engajamento dos alunos, ampliando as oportunidades de participação no ambiente escolar.

As contribuições do Desenho Universal para a Aprendizagem também são evidenciadas por Piezcarka *et al.* (2023), ao demonstrarem que a adoção de estratégias diversificadas favorece o acesso ao conhecimento por estudantes com diferentes características e necessidades educacionais. Os autores destacam que a flexibilização curricular, associada ao uso de recursos variados e metodologias participativas, contribui para reduzir barreiras pedagógicas frequentemente presentes nas escolas. Assim, a construção de ambientes educacionais inclusivos depende não apenas de adaptações específicas, mas da reorganização dos processos de ensino de forma a contemplar a diversidade como elemento constitutivo da prática pedagógica.

Outro aspecto fundamental para a efetivação da inclusão escolar refere-se à formação dos professores. Dias *et al.* (2020) ressaltam que a construção de currículos inclusivos exige profissionais preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula e desenvolver estratégias pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes. A formação docente deve contemplar conhecimentos relacionados à educação inclusiva, acessibilidade, adaptações

curriculares e práticas colaborativas, permitindo que os professores atuem de maneira mais segura e eficiente diante dos desafios cotidianos da escola.

A literatura aponta que a construção de uma escola inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, currículo, formação docente e compromisso institucional com a diversidade. Freitas (2023) destaca que inclusão não pode ser confundida apenas com acesso ou permanência, mas deve envolver condições efetivas para a participação e aprendizagem de todos os estudantes.

Complementarmente, Araújo (2025) enfatiza a necessidade de ampliar os investimentos em formação docente e em estratégias pedagógicas que favoreçam a valorização das diferenças. Dessa forma, a inclusão escolar no Ensino Médio exige uma perspectiva curricular comprometida com a equidade, a acessibilidade e a promoção do desenvolvimento integral dos sujeitos.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. A escolha desse método fundamenta-se na necessidade de reunir, analisar e interpretar produções científicas relacionadas ao currículo e à inclusão escolar no Ensino Médio, possibilitando a compreensão dos principais desafios e estratégias pedagógicas voltadas à promoção da diversidade educacional. A abordagem qualitativa foi adotada por permitir a análise aprofundada dos fenômenos investigados, considerando os significados, interpretações e contribuições presentes na literatura científica acerca da temática estudada.

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas sistematizadas em bases de dados científicas nacionais e internacionais amplamente utilizadas na área da Educação, incluindo *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Portal de Periódicos CAPES*, *Google Scholar*, *ERIC*, *Redalyc* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As buscas ocorreram entre os meses de maio e junho de 2026, contemplando publicações divulgadas nos últimos dez anos, período considerado adequado para reunir evidências recentes sobre currículo, inclusão escolar e diversidade educacional.

Para a localização dos estudos foram utilizados os descritores “currículo escolar”, “inclusão escolar”, “educação inclusiva”, “Ensino Médio”, “diversidade educacional”, “acessibilidade curricular”, “estratégias pedagógicas inclusivas”, “desenho universal para aprendizagem”, “formação docente para inclusão” e “educação especial na perspectiva inclusiva”. Os descritores foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, ampliando a abrangência das buscas e favorecendo a identificação de estudos diretamente relacionados ao objeto de investigação.

Foram definidos como critérios de inclusão artigos científicos completos publicados em periódicos indexados, disponibilizados em língua portuguesa, publicados entre 2016 e 2026 e que abordassem currículo, inclusão escolar, diversidade educacional, acessibilidade curricular ou estratégias pedagógicas inclusivas no contexto da Educação Básica, com ênfase no Ensino Médio. Como critérios de exclusão foram considerados trabalhos duplicados, resumos de eventos, editoriais, dissertações, teses, capítulos de livros e estudos que não apresentassem relação direta com a temática proposta.

Resultados e discussão

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar que a construção de currículos inclusivos no Ensino Médio constitui um processo complexo, influenciado por fatores pedagógicos, institucionais, políticos e sociais. Os resultados evidenciam que a inclusão escolar ultrapassa a garantia de acesso à escola, exigindo transformações curriculares capazes de assegurar participação, aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes.

As pesquisas analisadas apontam que a diversidade educacional demanda práticas pedagógicas flexíveis, acessibilidade curricular, formação docente adequada e comprometimento institucional com os princípios da educação inclusiva. Nesse contexto, os estudos convergem para a compreensão de que o currículo desempenha papel estratégico na promoção da equidade educacional e na valorização das diferenças presentes no ambiente escolar.

4.1 Currículo inclusivo e diversidade educacional no Ensino Médio

Os estudos analisados demonstram que o currículo ocupa posição central nos debates sobre inclusão escolar, uma vez que define os conhecimentos, experiências e oportunidades de aprendizagem disponibilizados aos estudantes. Garcia (2018) destaca que as discussões sobre currículo e educação especial revelam diferentes disputas teóricas e políticas acerca da forma como a inclusão deve ser implementada nos sistemas educacionais. Os resultados evidenciam que a construção de currículos inclusivos exige o reconhecimento da diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo, superando perspectivas que tratam as diferenças como obstáculos à aprendizagem.

A análise da literatura revela que a inclusão escolar está diretamente relacionada à capacidade das instituições de promoverem condições efetivas de participação dos estudantes. Kassar (2016) argumenta que a escola deve ser compreendida como espaço de desenvolvimento humano e convivência com a diversidade, o que implica repensar práticas curriculares tradicionalmente fundamentadas em padrões homogêneos de ensino. Os resultados demonstram que currículos

excessivamente rígidos tendem a dificultar a participação de alunos que apresentam diferentes ritmos, estilos e formas de aprendizagem, reforçando processos de exclusão muitas vezes invisibilizados no cotidiano escolar.

Outro aspecto identificado refere-se à necessidade de compreender a inclusão para além da presença física dos estudantes na escola. Freitas (2023) destaca que acesso, acessibilidade e inclusão representam conceitos distintos, embora inter-relacionados. Os resultados indicam que a garantia de matrícula não assegura, por si só, a efetiva participação dos estudantes nos processos educativos. A inclusão depende da existência de estratégias pedagógicas e curriculares capazes de promover condições reais para a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos em sua diversidade.

As reflexões apresentadas por Magalhães (2016) reforçam a importância de analisar os mecanismos de participação e exclusão presentes nos currículos escolares. Os estudos evidenciam que determinadas estruturas curriculares podem favorecer a permanência de barreiras pedagógicas que limitam o acesso ao conhecimento por parte de estudantes com deficiência e outros grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a inclusão curricular exige revisão constante dos conteúdos, metodologias e formas de avaliação adotadas pelas instituições educacionais.

Os resultados também demonstram que as políticas públicas voltadas à educação inclusiva têm contribuído para ampliar o debate sobre currículo e diversidade. Mesquita (2018) observa que as políticas educacionais recentes passaram a incorporar princípios relacionados à acessibilidade, participação e valorização das diferenças. Contudo, a implementação desses princípios nas práticas escolares ainda enfrenta desafios relacionados à estrutura institucional, à formação docente e à disponibilidade de recursos pedagógicos adequados.

A literatura analisada evidencia que o currículo inclusivo deve ser concebido como instrumento capaz de responder às necessidades de todos os estudantes, sem estabelecer hierarquias entre diferentes formas de aprender. Boff *et al.* (2024) ressaltam que a Educação Inclusiva se fundamenta no reconhecimento do direito universal à educação, exigindo propostas curriculares comprometidas com a equidade e a justiça social. Os resultados apontam que a construção de currículos inclusivos favorece não apenas estudantes com deficiência, mas toda a comunidade escolar, ao promover ambientes mais democráticos e participativos.

Outro resultado relevante refere-se às discussões apresentadas por Sofiato e Angelucci (2017), que destacam a necessidade de compreender a inclusão como processo contínuo de transformação das práticas educacionais. Os autores defendem que a construção de sistemas educacionais inclusivos depende da revisão de concepções tradicionais de ensino e aprendizagem, frequentemente baseadas na homogeneização dos estudantes. Essa perspectiva reforça a

importância de currículos capazes de acolher diferentes trajetórias, experiências e necessidades educacionais.

Os estudos mais recentes também evidenciam que a diversidade educacional requer abordagens curriculares flexíveis e abertas à pluralidade de experiências humanas. Pletsch (2024) destaca que a educação inclusiva contemporânea envolve múltiplos desafios relacionados à organização dos sistemas de ensino e à garantia dos direitos educacionais dos estudantes. Os resultados demonstram que a construção de práticas curriculares inclusivas exige articulação entre políticas públicas, gestão escolar, formação docente e participação da comunidade educacional.

Os estudos analisados convergem ao indicar que a promoção da inclusão escolar no Ensino Médio depende diretamente da construção de currículos comprometidos com a diversidade educacional. A valorização das diferenças, a ampliação das oportunidades de participação e a eliminação de barreiras pedagógicas constituem elementos essenciais para a efetivação de uma educação inclusiva. Os resultados reforçam que o currículo deve ser compreendido como instrumento estratégico para a construção de ambientes escolares mais equitativos, democráticos e socialmente comprometidos.

4.2 Estratégias pedagógicas e acessibilidade curricular para a inclusão escolar

Os estudos analisados demonstram que a efetivação da inclusão escolar no Ensino Médio depende diretamente da adoção de estratégias pedagógicas capazes de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Os resultados evidenciam que a acessibilidade curricular representa um dos principais elementos para a construção de ambientes educacionais inclusivos, uma vez que permite adequar os processos de ensino às diferentes necessidades presentes no contexto escolar. Nesse sentido, a inclusão não é compreendida como uma ação isolada voltada apenas para determinados grupos, mas como uma reorganização das práticas pedagógicas capaz de beneficiar toda a comunidade estudantil.

Um dos aspectos mais recorrentes na literatura refere-se à necessidade de flexibilização curricular. Daga (2020) destaca que as adaptações curriculares constituem instrumentos fundamentais para possibilitar a participação efetiva dos estudantes com deficiência intelectual nos processos de ensino e aprendizagem. Os resultados indicam que tais adaptações envolvem modificações nos conteúdos, nas metodologias, nos recursos didáticos e nos procedimentos avaliativos, permitindo que os alunos tenham acesso ao currículo de maneira compatível com suas potencialidades e necessidades educacionais.

A análise dos estudos também evidencia a importância da acessibilidade curricular como princípio organizador das práticas inclusivas. Guimarães e Sardagna (2024) observam

que a acessibilidade não deve limitar-se às barreiras físicas, abrangendo igualmente aspectos pedagógicos, comunicacionais e metodológicos. Os resultados demonstram que a organização de currículos acessíveis favorece a participação dos estudantes em diferentes atividades escolares, reduzindo obstáculos que historicamente dificultaram o acesso ao conhecimento por parte de grupos específicos.

Entre as estratégias identificadas na literatura, destaca-se a utilização do Desenho Universal para a Aprendizagem como abordagem capaz de ampliar as possibilidades de participação dos estudantes. Costa-Renders, Gonçalves e Santos (2021) ressaltam que essa proposta curricular busca planejar o ensino considerando, desde sua concepção, a diversidade dos sujeitos presentes na escola. Os resultados revelam que a oferta de múltiplas formas de apresentação dos conteúdos, diferentes possibilidades de expressão das aprendizagens e variadas estratégias de engajamento contribui para tornar o currículo mais acessível e inclusivo.

As contribuições do Desenho Universal para a Aprendizagem também são reforçadas pelos achados apresentados por Piezarka *et al.* (2023). Os autores destacam que a adoção de práticas pedagógicas diversificadas amplia significativamente as oportunidades de acesso ao currículo por estudantes com deficiência intelectual. Os resultados evidenciam que o uso de diferentes linguagens, recursos visuais, tecnologias assistivas e metodologias participativas favorece a aprendizagem e fortalece o protagonismo dos estudantes no ambiente escolar.

Outro aspecto identificado refere-se à importância das práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas em sala de aula. Monteiro e Marchi (2023) observam que estratégias baseadas na colaboração, na mediação pedagógica e na valorização das potencialidades dos estudantes apresentam resultados positivos para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência intelectual. Os estudos demonstram que ambientes pedagógicos acolhedores e participativos favorecem o sentimento de pertencimento e contribuem para a construção de experiências educacionais mais significativas.

Os resultados também revelam que a organização dos processos avaliativos representa um desafio importante para a inclusão escolar. Nunes *et al.* (2020) identificam que muitos professores ainda encontram dificuldades para desenvolver formas de avaliação compatíveis com as necessidades dos estudantes que apresentam diferentes condições de aprendizagem. A literatura aponta que práticas avaliativas flexíveis, contínuas e diversificadas tendem a produzir resultados mais consistentes, pois permitem acompanhar o desenvolvimento dos estudantes de maneira mais ampla e contextualizada.

Outro elemento recorrente nos estudos refere-se à necessidade de construção de culturas escolares comprometidas com a inclusão. Esquinsani (2020) destaca que a implementação de

estratégias pedagógicas inclusivas depende não apenas da atuação individual dos professores, mas também do envolvimento da gestão escolar, das equipes pedagógicas e da comunidade educacional. Os resultados evidenciam que instituições que promovem espaços de diálogo, planejamento coletivo e compartilhamento de experiências tendem a apresentar maior capacidade de desenvolver práticas curriculares voltadas à diversidade.

A acessibilidade curricular e as estratégias pedagógicas inclusivas constituem pilares fundamentais para a construção de uma educação comprometida com a diversidade educacional. A flexibilização do currículo, a adoção do Desenho Universal para a Aprendizagem, a diversificação das metodologias e a reorganização dos processos avaliativos aparecem como caminhos promissores para ampliar a participação dos estudantes no Ensino Médio.

4.3 Formação docente e desafios para a consolidação da inclusão escolar no Ensino Médio

A análise dos estudos selecionados evidencia que a formação docente ocupa papel decisivo na consolidação de práticas curriculares inclusivas no Ensino Médio. Embora avanços significativos tenham ocorrido nas políticas voltadas à educação inclusiva, a efetivação dessas propostas depende, em grande medida, da capacidade dos professores de compreender a diversidade presente nas salas de aula e desenvolver estratégias pedagógicas compatíveis com diferentes formas de aprendizagem. A inclusão escolar não se concretiza apenas por meio de mudanças normativas ou curriculares, mas exige profissionais preparados para transformar princípios inclusivos em ações pedagógicas cotidianas capazes de promover participação, aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes.

Os estudos de Dias *et al.* (2020) revelam que a formação inicial dos professores ainda apresenta limitações no que se refere à preparação para o trabalho com a diversidade educacional. Os autores identificam que muitos cursos de licenciatura abordam a educação inclusiva de maneira pontual, sem aprofundar discussões relacionadas à acessibilidade curricular, adaptações pedagógicas e práticas inclusivas. Como consequência, diversos profissionais ingressam na carreira docente sem segurança suficiente para enfrentar os desafios encontrados em contextos escolares marcados pela heterogeneidade dos estudantes.

Além da formação inicial, os resultados apontam que a formação continuada desempenha papel essencial na construção de competências relacionadas à inclusão escolar. Araújo (2025) destaca que os professores da educação básica manifestam demandas crescentes por qualificação profissional voltada ao atendimento da diversidade presente nas escolas. A pesquisa evidencia que a ampliação dos conhecimentos sobre práticas inclusivas contribui para o desenvolvimento

de estratégias pedagógicas mais eficazes e para o fortalecimento da confiança dos docentes diante dos desafios cotidianos da sala de aula.

Outro aspecto identificado refere-se à relação entre formação docente e concepções de inclusão escolar. Os estudos demonstram que as práticas pedagógicas são fortemente influenciadas pelas percepções que os professores constroem sobre deficiência, diversidade e aprendizagem.

Assim, Nunes *et al.* (2020) observaram que diferentes compreensões acerca do currículo, da avaliação e das capacidades dos estudantes podem influenciar diretamente as oportunidades de participação oferecidas no ambiente escolar. Os resultados sugerem que processos formativos críticos e reflexivos contribuem para a desconstrução de concepções excludentes e para a construção de perspectivas mais alinhadas aos princípios da educação inclusiva.

A literatura também evidencia que a consolidação da inclusão escolar depende do fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com a valorização das diferenças. Boff *et al.* (2024) ressaltam que o direito à educação inclusiva exige ações articuladas entre professores, gestores, equipes pedagógicas e demais profissionais da escola. Os resultados indicam que instituições que promovem espaços permanentes de diálogo, planejamento colaborativo e reflexão sobre as práticas educacionais apresentam melhores condições para implementar propostas curriculares inclusivas.

Outro desafio identificado nos estudos refere-se à persistência de barreiras pedagógicas e atitudinais que dificultam a efetivação da inclusão. Freitas (2023) destaca que ainda existe uma distância significativa entre o acesso dos estudantes à escola e sua participação efetiva nos processos de aprendizagem. Muitas dessas dificuldades estão relacionadas à manutenção de práticas pedagógicas padronizadas, que desconsideram as diferentes necessidades educacionais presentes nas salas de aula. Os resultados demonstram que superar essas barreiras exige investimentos contínuos em formação docente, acessibilidade curricular e reorganização das práticas escolares.

As pesquisas também apontam que as políticas públicas desempenham papel importante na promoção da inclusão, mas sua efetividade depende das condições oferecidas às escolas para implementação das ações previstas. Riboli *et al.* (2025) destacam que o reconhecimento dos direitos educacionais dos estudantes com deficiência representa um avanço significativo, porém a concretização desses direitos exige recursos, planejamento e acompanhamento permanente. Os resultados indicam que a formação docente precisa estar articulada às políticas de inclusão para que as transformações propostas alcancem efetivamente o cotidiano escolar.

Outro elemento recorrente nos estudos refere-se à necessidade de ampliar a compreensão sobre inclusão para além do atendimento aos estudantes com deficiência. Pletsch (2024) destaca que a diversidade educacional envolve diferentes dimensões relacionadas a aspectos sociais,

culturais, linguísticos e econômicos. Os resultados evidenciam que currículos inclusivos precisam contemplar essa pluralidade de experiências, garantindo oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

De modo geral, os resultados analisados demonstram que a consolidação da inclusão escolar no Ensino Médio depende de uma combinação de fatores que envolvem formação docente, acessibilidade curricular, fortalecimento das políticas públicas e compromisso institucional com a diversidade. A literatura evidencia que professores qualificados e preparados para atuar em contextos heterogêneos possuem maiores condições de desenvolver práticas pedagógicas inclusivas e promover aprendizagens significativas.

Considerações finais

A presente pesquisa possibilitou compreender que a construção de currículos inclusivos no Ensino Médio representa um dos principais desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais importantes estratégias para a promoção da equidade educacional. A análise da literatura evidenciou que a inclusão escolar não se limita à presença física dos estudantes na escola, mas envolve a criação de condições que assegurem participação, aprendizagem e desenvolvimento em um ambiente que reconheça e valorize a diversidade humana.

Os estudos analisados demonstraram que o currículo exerce papel fundamental nesse processo, pois é por meio dele que se organizam as experiências educativas, os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação capazes de favorecer a inclusão de todos os estudantes.

Os resultados também revelaram que a acessibilidade curricular e a adoção de estratégias pedagógicas diversificadas constituem elementos essenciais para a efetivação de práticas inclusivas. Abordagens fundamentadas na flexibilização curricular, no Desenho Universal para a Aprendizagem e na utilização de metodologias que respeitem diferentes ritmos e formas de aprender mostraram-se relevantes para ampliar as oportunidades de participação e sucesso escolar.

A formação docente constitui um dos pilares mais importantes para a consolidação da inclusão escolar no Ensino Médio. Professores preparados para compreender a diversidade educacional e desenvolver práticas pedagógicas acessíveis possuem maiores condições de promover aprendizagens significativas e contribuir para a construção de ambientes escolares mais democráticos. Investir na qualificação profissional, no fortalecimento das políticas inclusivas e na construção de currículos flexíveis e acessíveis representa um caminho indispensável para assegurar o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, fortalecendo os princípios da justiça social, da equidade e do respeito às diferenças.

Referências

- ARAUJO, Adriana Tavares de. A diversidade da inclusão educacional e as necessidades formativas de professores da educação básica: revisão integrativa. **Revista Educação**, Santa Maria, 2025.
- BOFF, Adriane de Paula *et al.* Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, Curitiba, 2024.
- COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina; GONÇALVES, Maria Aparecida Nascimento; SANTOS, Marcela Herrera dos. O design universal para aprendizagem: uma abordagem curricular na escola inclusiva. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 705-728, 2021.
- DAGA, Vania Salete Cassol. Adaptações curriculares para estudantes com deficiência intelectual: desafios e perspectivas. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, p. 1-24, 2020.
- DIAS, Viviane Borges *et al.* Educação inclusiva e formação de professores: o currículo dos cursos de licenciatura. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 406-430, 2020.
- ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. “O que eu faço com esse menino?”: discussões sobre currículo e inclusão em parte da produção científica nacional. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, p. 1-25, 2020.
- FREITAS, Marcos Cezar de. Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 2023.
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial e currículo: disputas sobre natureza, perspectiva e enfoque. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 55, p. 54-69, 2018.
- GUIMARÃES, Jucimara Teixeira da Luz; SARDAGNA, Helena Venites. Acessibilidade curricular para a educação inclusiva: estratégias pedagógicas no Ensino Fundamental. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 22, e59624, 2024.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1223-1240, 2016.
- MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Participação e exclusão no currículo escolar: a deficiência em foco. **Comunicações**, Piracicaba, v. 23, n. 3, p. 311-327, 2016.
- MESQUITA, Amélia Maria Araújo. A política curricular no contexto da educação especial na

perspectiva inclusiva. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 55, p. 70-84, 2018.

MONTEIRO, Juliana Lopes; MARCHI, Rita de Cássia. Reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, n. 1, e7, p. 1-26, 2023. DOI: 10.5902/1984686X69440.

NUNES, Vera Lúcia Mendonça *et al.* Concepção do professor do ensino comum em relação à aprendizagem, currículo, ensino e avaliação do aluno com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, p. 1-22, 2020.

PIEZCARKA, Tatiane *et al.* Desenho Universal para Aprendizagem e inclusão de estudantes com deficiência intelectual: contribuições para o acesso ao currículo. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, n. 1, 2023.

PLETSCH, Márcia Denise. Cartografias da educação inclusiva na educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, 2024.

RIBOLI, Cássia *et al.* Educação especial inclusiva e políticas públicas: reconhecimento e proteção dos direitos dos estudantes com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, 2025.

SOFIATO, Cássia Geciauskas; ANGELUCCI, Carla Biancha. Educação inclusiva e seus desafios: uma conversa com David Rodrigues. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 283-295, 2017.